

O ALJUBE DO MOSTEIRO DE SÃO JOÃO DE TAROUCA, (TAROUCA, VISEU)

Sofia Barroso Catalão

Bolseira de Investigação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

RESUMO

O mosteiro de São João de Tarouca, localizado no concelho de Tarouca e na atual Vila de São João de Tarouca, no distrito de Viseu, é um dos mais antigos espaços monásticos cistercienses reconhecidos em Portugal. Fundado em meados do século XII, afigura-se como um exemplar ímpar da arquitetura cisterciense no Vale do Douro e em Portugal. Dos edifícios monásticos conservaram-se a igreja, a noviciaria, o dormitório, a cerca de clausura com suas capelas e o aljube, este já fora da área de clausura, implantado a noroeste da igreja. Os 10 anos de investigações arqueológicas levadas a cabo pela equipa orientada por Luís Sebastian e Ana Sampaio e Castro, resultaram na descoberta de várias estruturas que definem a totalidade da planta das dependências monásticas originais, localizadas a Norte da igreja, possibilitando desta forma o reconhecimento das várias fases construtivas que marcaram a história desta comunidade monástica. O popularmente designado “aljube” revela-se uma construção que resume, pelas suas particularidades arquitetónicas e construtivas, esta mesma história. Edifício de planta retangular dividido por uma arcaria interior composta por 4 arcos quebrados, possui ainda 18 vãos de diversas tipologias, conferindo-lhe um caráter *sui generis*. A perda do tombo do mosteiro, no século XIX, aquando da extinção das Ordens Religiosas em Portugal, dificulta a compreensão da sua evolução, tornando essencial lançar mão das técnicas da Arqueologia da Arquitetura para aprofundar os conhecimentos sobre este curioso edifício.

Palavras-chave: Arqueologia da Arquitetura, Cister, técnica construtiva.

ABSTRACT

S. João de Tarouca's abbey locate in the municipality and the village with the same name São João de Tarouca in Viseu district, is one of the oldest Cistercian abbey, recognized in Portugal. Founded in the mid-twelfth century, is a notable example of Portuguese's Cistercian architecture in the Douro Valley. From the monastic buildings remains the church, the dormitories of the seventeenth and eighteenth century, the abbey's enclosure with its chapels also from the eighteenth century, and the "aljube". It's a building outside the cloistered area, at northwest of the Church. The 10 years of archaeological research, carried out by the team directed by Luis Sebastian and Ana Sampaio e Castro, resulted in the discovery of several structures that define the whole plant of the original monastic dependencies, allowing the acknowledgment of the most significant construction periods that have followed the history of this community. The popularly called Aljube summarizes through its architectural and constructive peculiarities, a similar history. This construction has a rectangular plan, inside is divided by a stone archway, build up with five ogival arches, one of them appear destroyed. It still has 18 openings of different architectural style and periods, giving it a sui generis character. The lost of the abbaye's archives in the nineteenth century while the Religious Orders extinction in Portugal occurred, difficult to understand the primary purpose of its construction. The techniques of the Archaeology of the architecture are essential to increase the knowledge of this curious building.

Keywords: Archaeology of Architecture, Cistercian, construction technique.

1. LOCALIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A área de implantação do complexo monástico, em que se integra o edifício em estudo, situa-se a cerca de 550 m de altitude, sendo circunscrita por três montanhas, o Quintão, a Cascalheira e o Monte Corvo, pertencente às Serras de St.^a Helena e de Leomil, atingindo uma elevação máxima de 890 m. Encaixada no vale do rio Varosa, na margem sul da bacia do Douro,

encontra-se no cruzamento de duas linhas de água¹ que se juntam a nordeste do complexo monástico formando a ribeira do Corgo, afluente do rio Varosa (CASTRO & SEBASTIAN, 2008-2009).

O "aljube" situa-se a cerca de 50m a Oeste do mosteiro de São João de Tarouca, junto da ribeira do Corgo. Encontra-se ainda dentro da cerca erigida na

¹ O Corgo é formado pelo Corgo da Cerca ou da Aveleira que segue o seu curso de Sul para Norte nascendo em Vila Chã do Monte, e pelo Corgo da Cerca que segue de Nordeste para Sudeste com a nascente localizada entre as freguesias de Pinheiro e Sever (CASTRO&SEBASTIAN, 2008).

época moderna, porém afastado do resto dos edifícios que constituem a área de clausura por excelência. Regista-se somente uma referência documental do século XVIII, que refere uma remodelação numa dependência chamada de “aljube”, ocorrida durante o triénio do abade frei Estevão de Nápoles (1780-83)². Os investigadores associam esta designação ao edifício objeto do presente estudo (CASTRO, 2009). Contudo, é notória a existência de fases construtivas anteriores, evidenciadas em alguns paramentos que exibem silhares com marcas de canteiro, por vestígios de alvenaria que denunciam a existência outrora de uma abóbada que se desenvolveria para Norte e pela arcaria interior que divide a sua planimetria atual. O estudo dos paramentos revela-se fundamental para a compreensão da evolução construtiva e porventura para a formulação de hipóteses mais concretas sobre a sua função primária. Refira-se ainda a existência de dois moinhos, um a sul e outro encostado ao paramento oeste do edifício, um dos quais estaria ativo em 1645-48 (CASTRO, 2009).

2. DESCRIÇÃO DO EDIFÍCIO

O edifício possui uma planimetria retangular, constituída por quatro paramentos de dupla face com cerca de 1m

de espessura, tendo desaparecido por completo a cobertura. A sua fachada principal atual, aquela que hoje integra a porta de acesso, encontra-se virada para nascente. Os alçados, quer no interior quer no exterior, alternam aparelhos de cantaria, com marcas de canteiro e paramentos em alvenaria ordinária. As suas paredes Norte, Oeste e Este, possuem uma altura média de 9,50m, contrariamente ao paramento Sul que atinge os 6,50m. Possui 18 vãos distribuídos maioritariamente pelos alçados Norte e Sul, com características arquitetónicas distintas, como sejam as portas e janelas de lintel reto ou as frestas retas que ladeiam um vão de porta com lintel em arco abatido. No seu interior, dividindo-o longitudinalmente, ergue-se uma arcaria de cinco tramos com arcos quebrados, em cantaria siglada, que suporta uma parede que se eleva ao primeiro piso. Do último arco só resta o arranque. Esta arcaria foi posta totalmente a descoberto em 2006, aquando das obras de emergência realizadas devido ao perigo de derrocada da parede Norte. Observando as fotografias tiradas antes e durante o acompanhamento da obra verificamos que algumas das aberturas se encontravam entaipadas por uma alvenaria irregular de pedra, a mesma técnica empregue nas paredes divisórias que ainda permaneciam no seu interior. Sobre uma destas paredes divisórias conservava-se um barroto e algumas ripas, correspondentes aos vestígios de um soalho e um forno pético na esquina Nordeste do edificado.

² Registada no manuscrito intitulado “Fundação e antiguidades do insigne e real Mosteiro de S. João de Tarouca” publicado por José Leite de Vasconcelos em 1933 (VASCONCELOS, 1933)

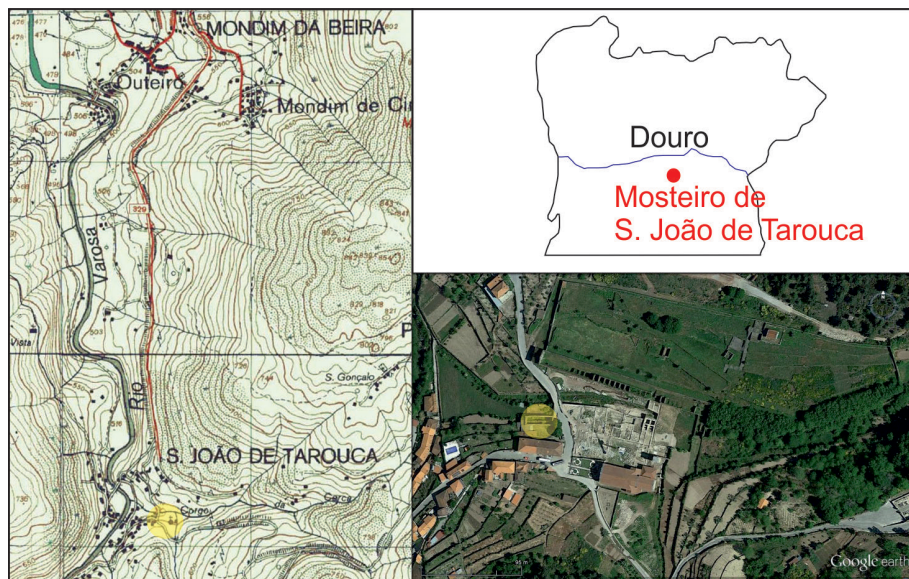


Figura 1: À esquerda, extrato da Carta Militar de Portugal, folha n.º148, com localização do mosteiro de São João de Tarouca; à direita superior, mapa de Portugal com localização do mosteiro em relação ao rio Douro; à direita inferior, imagem do mosteiro de São João de Tarouca, extraída do Google Earth, com localização do aljube.



Figura 2: Panorama com vista Norte/Sul sobre a área monástica, distinguindo-se à direita o “aljube”.

3. METODOLOGIA

Para levar a cabo o estudo deste edifício, seguimos o seguinte procedimento sequencial: levantamento arquitetónico, leitura estratigráfica, criação de uma base de dados para armazenamento e consulta dos dados e por fim a elaboração da proposta de interpretação das diferentes fases construtivas.

O levantamento arquitetónico foi elaborado através de um conjunto de ferramentas usadas para a restituição fotogramétrica (maquina fotográfica, estação total³ e software). Criou-se uma nomenclatura própria para a organização dos levantamentos parcela-

³ Agradecemos ao técnico de arqueologia Hugo Pereira para a sua disponibilidade no manuseamento da estação total.



Figura 3: O aljube após as obras de emergência a esquerda superior o alçado Norte, a direita superior o alçado Sul, a esquerda e direita inferior o interior do aljube.

res do edifício, organizados por alçados (A1, A2), que se registaram em planta (fig. 4).

Com a estação total criou-se uma malha de pontos tridimensionais para apoio à restituição fotogramétrica e validação métrica, procedendo-se em seguida à recolha das fotografias necessárias para a sua ortoretificação (figs. 5 e 6). Os cortes foram desenhados a partir de pontos da estação total.

Após a obtenção dos registos necessários procedemos à leitura estratigráfica dos paramentos, seguindo os procedimentos implementados noutros trabalhos realizados pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (FONTES & CATALAO, 2013), com base nas seguintes definições:

- Identificação das unidades estratigráficas construtivas (UEC) através de um número. Neste caso, iniciou-se em 6000, possibilitando integrar o conjunto de unidades estratigráficas atribuídas na área arqueológica do mosteiro.
- Caracterização das UEC em formulário criado para o efeito na base de dados.
- Elaboração do diagrama de sequenciação estratigráfica de tipo “Harris” para as unidades estratigráficas.
- Agrupamento das unidades estratigráficas em Ações construtivas, designadas por A seguido de um número romano.

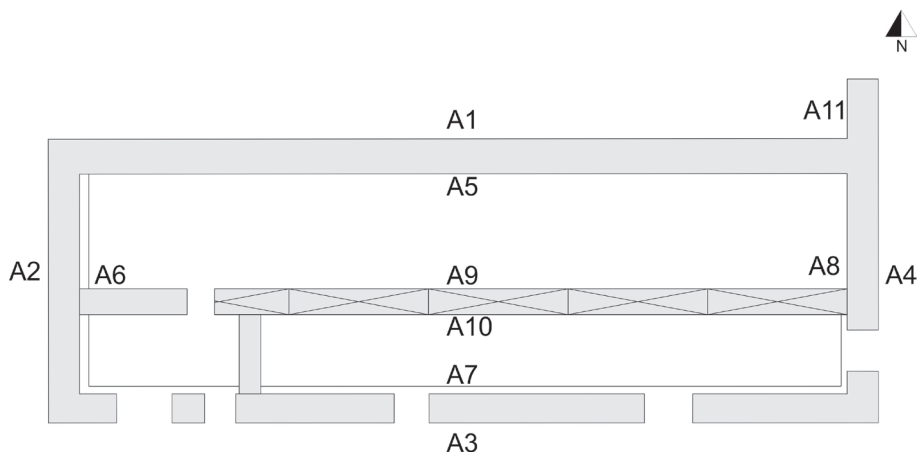


Figura 4: Croquis da planta do aljube com designação dos alçados.

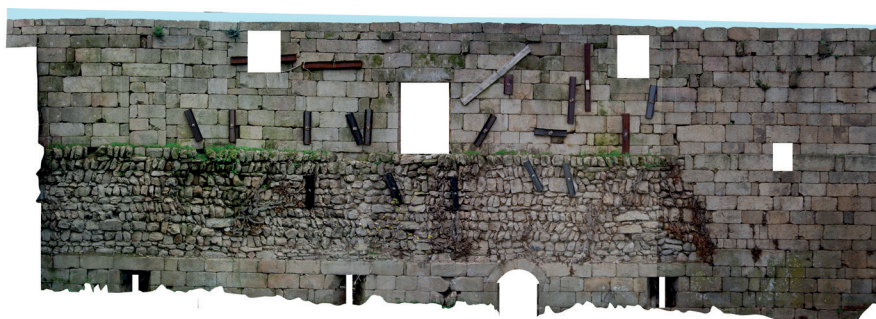


Figura 5: Alçado 5 (Norte) ortofoto.



Figura 6: Alçado 1 (Sul) fotografia ortofoto.

- Agrupamento das Ações construtivas em Fases construtivas, designadas por F seguido de um número romano.

Para a integração dos dados, desenvolveu-se uma base de dados passível de ser agregada à base de dados mãe⁴ (CASTRO & SEBASTIAN, 2010). Para tal criou-se três formulários que integram as unidades identificadas no processo de leitura de modo piramidal, refletindo os três níveis de interpretação de dados: Unidade estratigráfica, Ação construtiva e Fase construtiva (fig.7).

4. RESULTADOS PRELIMINARES

Para este trabalho selecionamos os alçados da parede Norte, A1 e A5 (fig.8), por ser aquela que revelou maior potencial de leitura arqueológica, tendo-se identificado 38 unidades estratigráficas, 15 ações e 6 fases construtivas.

A primeira fase, Fase I, prende-se com a construção mais antiga registada nos paramentos em análise. Materializa-se numa parede de dupla face em cantaria siglada e aparelho pseudo-isódomo. Contamos cerca de 176 marcas de canteiro, o que sugere, por um lado, uma cadeia operativa com vários mestres pedreiros e, por outro, uma cronologia da segunda metade do século XII, tendo por referên-

cia o estudo já elaborado para as marcas de canteiro na igreja (CASTRO & SEBASTIAN, 2005).

Um dos acessos dar-se-ia no sentido Sul/Norte, como o comprova a orientação do batente do vão de porta em arco e dos peitoris das aberturas em fresta no rés-do-chão. Significa, portanto, que o atual alçado interior norte (A5), constituiria a fachada exterior desta construção mais antiga. Este vão daria acesso a um compartimento abobadado que se desenvolveria a Norte, do qual subsiste um tramo de alvenaria que corresponderia ao enchimento da mesma. Possuiria pelo menos seis mísulas na sua fachada (A5), dispostas a meia altura, o que sugere a existência de um alpendre (fig.9).

Esta leitura levou-nos a considerar a hipótese de uma segunda fase construtiva (Fase II), materializada no acrescento de um piso superior e pela abertura de dois vãos de lintel reto, com o mesmo sentido de circulação do que a porta inferior em arco da fase I. Estes dois vãos encontram-se associados a um conjunto de agulheiros de encaixe, vestígios de um piso provavelmente suportado pela arcaria atualmente localizado no interior. Poderá tratar-se de uma alteração ao projeto inicial uma vez que a técnica construtiva é semelhante a silharia com marcas de canteiros descrita na fase anterior. Reforçando esta nossa asserção, é possível observar que várias mísulas existentes e referidas na fase I foram picadas para o encosto deste piso, verificando-se a colocação de três mísulas a uma cota

⁴ Designada “Arqueo”, esta base de dados foi criada especificamente para a intervenção arqueológica na área de clausura [1, pp. 56-57].

superior repetindo o mesmo esquema construtivo da fase I. Contamos cerca de 99 marcas de canteiro (fig.9).

Associamos a terceira fase, Fase III, ao desmonte da parede, visível pela súbita mudança de aparelho a Oeste e à construção do cunhal para uma ampliação para Sul. Traduziu-se pela redução em comprimento do paramento original e reformulação do espaço, com a antiga fachada a converter-se em paramento interior do novo edifício. A única abertura existente difere em dimensões e orientação, não concordando com a simetria evidente das Fase I e II. Os tramos de paredes associados a esta Fase III revelam uma técnica construtiva distinta: no alçado exterior (A1) apresenta um aparelho em cantaria com raros blocos siglados, enquanto no alçado interior (A5) prevalece, na sua metade inferior, a alvenaria, passando a usar-se cantaria nas fiadas superiores deixando um ressalto na junção dos dois por forma a permitir o encosto de barrotes para um piso interior (fig.9). Estas variações sugerem, desde logo, uma diferenciação de funcionalidade entre dois pisos. O recuo do paramento de cantaria relativamente ao tramo de alvenaria é observável igualmente nos alçados Oeste, Sul e metade Este interior do edifí-

cio. Com a colocação deste piso ter-se-ão encerrado os dois vãos mais a Este, como sugere o encaixe ainda visível no seu entaipamento. O conjunto de agulheiros visível no paramento preexistente de cantaria, das fases anteriores, colmataria a falta de apoio para os seus barrotes assegurado pelo ressalto.

A quarta fase, Fase IV, refere-se à abertura de duas janelas de lintel reto, com grades e remate superior do paramento por duas fiadas de blocos esquadrados de reduzidas dimensões. Encontram-se associados ao alargamento do conjunto de agulheiros no paramento em cantaria e abertura de um conjunto de outros três agulheiros no tramo em alvenaria no alçado 5, sugerindo tratar se de uma remodelação ao nível da cobertura e capeamento do paramento (fig.9).

Definimos como a quinta fase, Fase V, a última ocupação do edifício, cujos vestígios foram registados por fotografia antes das obras de desmonte, remontagem e consolidação, que integram a fase seguinte. Observam-se no alçado 5 os negativos associados a estes vestígios: encosto de uma parede divisória em alvenaria irregular, o negativo do encosto do piso inferior e do alicerce do forno que ainda se conservava no interior.

Identificamos como sexta fase da evolução do edifício, Fase VI, a fase de obras correspondentes aos trabalhos de consolidação das paredes. Incluiu o desmonte de paredes divisórias e o desaterro até a cota da soleira do vão em arco localizado no rés-do-chão, o des-

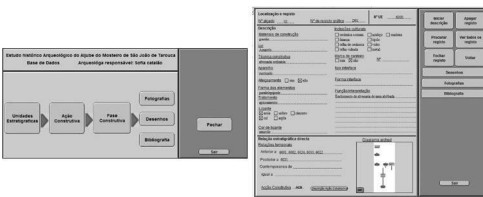


Figura 7: Formulários de entrada da base de dados.

monte de tramos de parede e remontagem, passagem e fixação de cabos de aço para suporte da parede norte e reabertura de vãos.

Uma vez esta sequência estabelecida (fig. 8 e 9) e na falta de documentação alusiva ao “aljube”, procuramos correlacionar o processo evolutivo evidenciado pela análise estratigráfica dos alçados com o processo evolutivo já reconhecido para o núcleo principal do mosteiro (SEBASTIAN, 2015), tendo como base as técnicas construtivas reconhecidas para cada período. Consideramos somente as três principais fases de maior atividade construtiva, aquelas que reformulam de fato os espaços.

Entre os séculos XII a XIV, dominou a técnica construtiva de paredes de cantaria de dupla face com abundantes marcas de canteiro, aberturas com lintel em arco pleno e em frestas e mesmo tetos abobadados, denunciados pelas bases encontradas *in situ*, como por exemplo no calefactorium.

Considerando a igreja, único edifício preservado com características construtivas da época fundacional, verifica-se que os tramos de paredes originais revelam o uso das mesmas soluções construtivas e uma profusão de marcas de canteiros assinalável (SEBASTIAN, 2015). Define-se, portanto, um complexo arquitetónico cisterciense tradicional, ainda que adaptado a morfologia do terreno com claustro adossado a igreja a Norte, a volta do qual se desenvolveram os diversos compartimentos. Datam ainda do período medieval

algumas obras de reformulação, como as latrinas, com recurso a arcos ogivais.

A grande reforma dá-se no século XVII com o encanamento dos dois ribeiros num só, através de imponente abóbada de berço. Sobre esta criou-se uma plataforma, o chamado pátio da Bola, em torno do qual para Norte e Este se desenvolveram outras construções, como a noviciaria, transpondo deste modo o ribeiro. A igreja e o conjunto claustral sofrem alterações ao nível dos pavimentos e compartimentação interior. A técnica construtiva patente nas construções desta época caracteriza-se por paredes de dupla face, no paramento exterior em alvenaria regular de blocos esquadrados e no interior de alvenaria irregular. As aberturas, portas e janelas, são molduradas e de lintel reto.

No século XVIII assistimos ao alargamento do projeto implementado pela reforma do século anterior com a edificação de novas construções (dormitório, jardins, capelas, cerca e tulha) a norte do Corgo. A sul, dá-se a reestruturação dos espaços mais antigos, verificando-se que todos os edifícios que possuíam condições para uma ampliação foram de facto intervencionados nesse sentido, inclusive a igreja, alterando significativamente a cota de circulação no interior. A técnica construtiva utilizada caracteriza-se por paredes de alvenaria irregular de pedra faceada nos alçados exteriores, já que as paredes destinavam-se a ser rebocadas. Integra vãos de porta com lintel reto mas também guarnições de vãos com

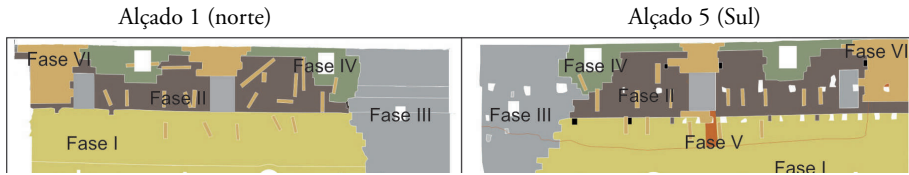


Figura 8: Alçados 1 (Norte) e 5 (Sul) da parede Norte do aljube, com a delimitação dos vestígios das fases construtivas.

molduras mais elaboradas, já de características barrocas (fig.10).

Comparando com o alçado norte do aljube percebemos que a fase mais antiga, identificada na leitura estratigráfica do edifício, possui as mesmas características construtivas do mosteiro medieval: parede de dupla face, siglada, bem como a existência de um compartimento abobadado. Para além destas semelhanças construtivas, aplicamos ao paramento em análise o mesmo módulo métrico reconhecido nos estudos efetuados na igreja (JORGE, 1997) e no mosteiro medieval, nomeadamente aos vãos, constatando-se ser baseado no mesmo sistema, a “quina dos mestres” de obra, baseada no pé de rei (0,3248 m) (CASTRO & SEBASTIAN, 2007)

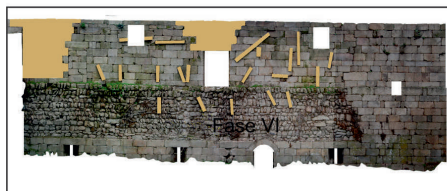
Quanto à fase III, a comparação com o espaço monástico prende-se sobretudo com o uso de semelhantes técnicas construtivas, paredes de alvenaria com pedra aparelhada e raras marcas de canteiro na face exterior, atribuídas à reforma empreendida no século XVII na construção da noviciaria, mais precisamente aquela que levou ao aumento e reestruturação da área monástica medieval. Já no que diz respeito a construções novas (cerca, dormitório

novo e capelas) a técnica construtiva difere, tratando-se de paredes em alvenaria de pedra com aparelho poligonal (COSTA, 1955). As diferenças manifestam-se igualmente no tipo de aberturas, sem a moldura típica das janelas renascentistas e barrocas no exterior, o que se poderá relacionar com o fato de terem reaproveitado o paramento medieval. A compreensão do processo construtivo na fase IV e V, mais tardias, relacionadas com a atual planimetria do edifício, carecem da leitura estratigráfica dos restantes paramentos, pois estas representam justamente o desenvolvimento a sul do edificado, parecendo-nos prematuro inferir algumas considerações e paralelos com a área monástica, uma vez que a sua expressão é pouco significativa no paramento em estudo.

5. CONCLUSÃO E PERSPETIVAS FUTURAS

Os resultados preliminares da leitura da parede norte do Aljube oferecem uma primeira hipótese interpretativa da evolução construtiva do edifício, que parece correlacionar-se com a evolução do próprio

Alçado 1



Alçado 5

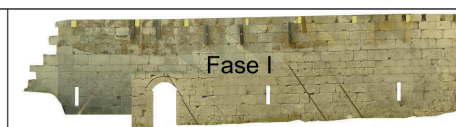
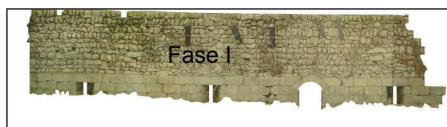
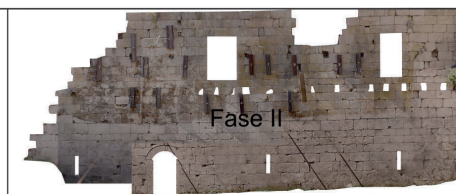
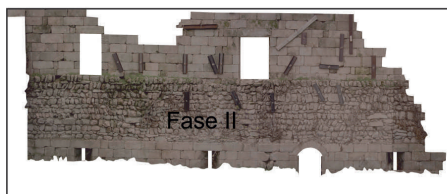
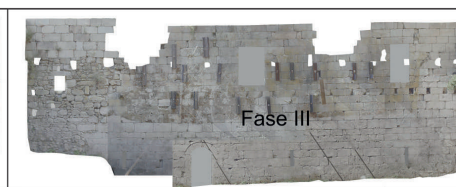
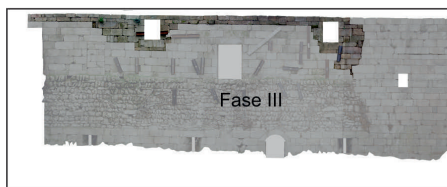
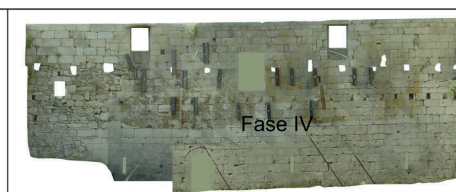
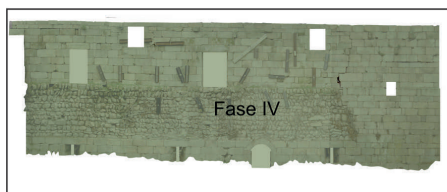
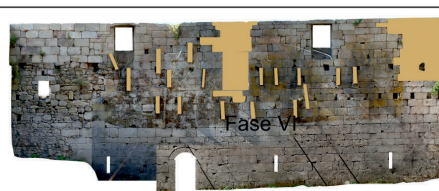


Figura 9: Montagem com as várias fases construtivas do alçados 1 e 5 da parede Norte do aljube.

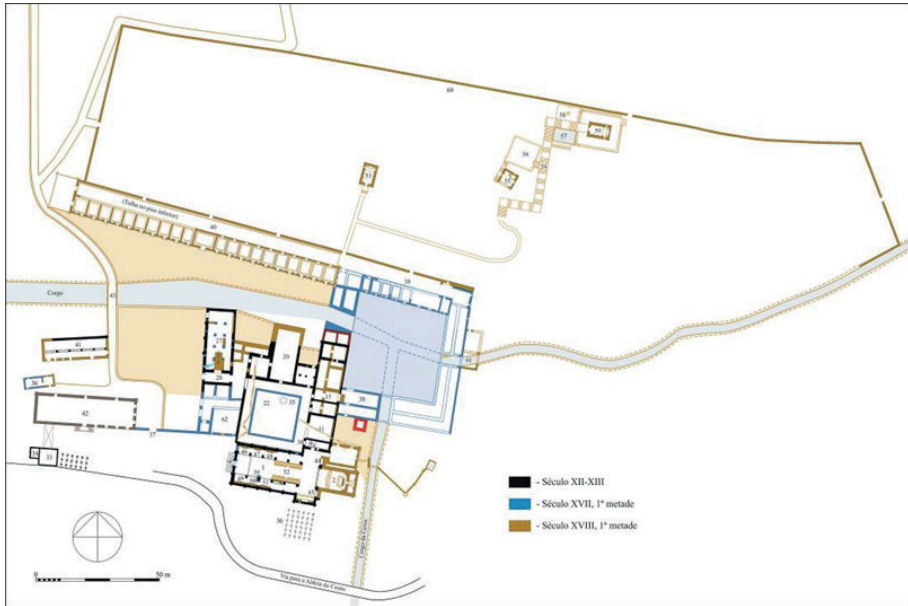


Figura 10: Adaptação da planta do mosteiro de São João de Tarouca com as três principais fases construtivas assinaladas publicada em 2015 (SEBASTIAN, 2015).

conjunto monástico. Para a fundamentação desta primeira interpretação e conclusão deste estudo, a análise dos restantes paramentos torna-se assim fundamental, designadamente para estabelecer a correlação com a única fonte documental até hoje descoberta, bem como para entender a funcionalidade primária do “aljube”. Perspetivamos duas metas a alcançar: a primeira visa uma caracterização mais sistemática dos diferentes tipos de aparelhos e técnicas construtivas do conjunto monástico por períodos cronológicos, o que possibilitará o estabelecimento de um paralelo para o edifício em estudo. A segunda, propor modelos interpretativos das várias fases construtivas com base nos resultados da leitura estratigráfica.

As potencialidades deste edifício não se esgotam neste trabalho, admitindo-se que a realização de sondagens arqueológicas no interior e no exterior poderão trazer novos dados sobre a configuração original do edifício, bem como sobre a compreensão da sua funcionalidade original. Sendo o único edifício que conserva características construtivas semelhantes à igreja medieval, parece-nos igualmente relevante a extensão a este paramento dos estudos gliptográfico (CASTRO & SEBASTIAN, 2005) e litológicos (MARQUES, 2007,) elaborados para o templo, o que permitirá traçar paralelos construtivos mais informados.

BIBLIOGRAFIA

- A. S. CASTRO: Cerâmica europeia de importação no mosteiro de S. João de Tarouca (século XV-XIX). Dissertação de Mestrado em História e arqueologia da expansão Portuguesa. Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2009, pp.39-40.
- A. S. CASTRO, & L. SEBASTIAN: “Les marques lapidaires du monastère cistercien de São João de Tarouca (Portugal)”. Actes du XIV^e colloque International de Glyptographie de Chambort, 2005, pp. 399-422.
- A. S. CASTRO, & L. SEBASTIAN: Uma primeira proposta de reconstituição arquitetónica do Mosteiro Cisterciense de S. João de Tarouca. Revista de Historia de Arte, nº4, 2007, pp.142-171.
- A. S. CASTRO, & L. SEBASTIAN: A intervenção arqueológica no mosteiro de São João de Tarouca: 1998-2004. Actas do IV Congresso de arqueologia peninsular-Promotoria monográfica, nº13, 2010, pp.9-32.
- A. CASTRO, & L. SEBASTIAN: A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. Oppidum, nº3, 2008-2009, 115-136.
- F. P COSTA: Enciclopédia prática da construção civil. Vol. 13, 1955, p. 2. Obtido de <http://pt.slideshare.net/paulajesusguerreiromauritti/fasciculo-16-obras-de-cantaria?related=1>
- L.FONTES & S. CATALAO: Torre de Penegate. São Miguel de Carreiras, Vila Verde. Acrónimo: TPNGT09. Trabalhos arqueológicos de levantamento, UAUM- Memoria 13, 2013.
- V. F. JORGE: Arquitetura, medida e número na igreja cisterciense de São João de Tarouca (Portugal). Cistercium, 208, 1997, pp. 431-456.
- C. MARQUES: Alçado Sul da igreja do mosteiro de São João de Tarouca caracterização e proveniência dos materiais pétreos. Dissertação apresentada para o grau de mestre em Geociencia. Universidade de Coimbra: Departamento de Ciências da Terra, 2007, pp. 18-22.
- L. SEBASTIAN: A faiança portuguesa de olaria na intervenção arqueológica, mosteiro de São João de Tarouca. Lamego: DRCN/Vale do Varosa, 2015, pp.5-41.
- L. SEBASTIAN & P. BERNARDES: Ensaio de reconstituição arquitetónica do mosteiro cisterciense medieval de S. João de Tarouca. São Cristóvão de Lafões: Associação dos amigos do mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2014.
- J. L. VASCONCELOS: Memórias de Mondim da beira - para a história do concelho d' este nome. Lisboa: Imprensa Nacional, 1933, p.304.